

TRUMP E A APROXIMAÇÃO ENTRE ESTADOS UNIDOS E RÚSSIA: UMA CONVERGÊNCIA ESTRATÉGICA POSSÍVEL SEGUNDO O PARADIGMA CIVILIZACIONAL DE SAMUEL HUNTINGTON

TRUMP AND THE APPROACH BETWEEN THE UNITED STATES AND RUSSIA: A STRATEGIC CONVERGENCE POSSIBLE ACCORDING TO SAMUEL HUNTINGTON'S CIVILIZATIONAL PARADIGM

Edu Silvestre de Albuquerque¹

Programa de Pós-Graduação em Geografia
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Natal – Rio Grande do Norte – Brasil

Higor Ferreira Brigola²

Programa de Pós-Graduação em Geociências
Instituto de Geociências
Unicamp
Campinas – São Paulo – Brasil

Resumo: Quando ainda candidato a presidente, Donald Trump sinalizou a vontade de boas relações com a Rússia, demonstrando desejar um novo aliado na guerra ao Estado Islâmico e a outras organizações terroristas islamitas. Sua visão maior talvez fosse ainda barganhar com Moscou a neutralidade desta em relação ao aperfeiçoamento da política de isolamento militar movida contra a China. Essa proposta de guinada da política externa americana em relação à Rússia parece seguir as linhas mestras da estratégia de contenção da aliança civilizacional sino-islâmica preconizada por Samuel Huntington, e que tem emergido como importante argumento para cimentar os laços entre os cristãos do Ocidente e os ortodoxos russos.

Palavras-chave: Aliança Estados Unidos - Rússia. Política Externa Americana. Paradigma Civilizacional.

Abstract: When still a presidential candidate, Donald Trump has been a synonym for good relations with Russia, shown a wish of having a new ally in the war against the Islamic State and other Islamist terrorist organizations. His bigger vision might still be bargaining with Moscow for its neutrality over an implementation of a policy of China's military isolation. This proposal to change US foreign policy toward Russia seems to follow the broad outlines of the Sino-Islamic civilization assertion advocated by Samuel Huntington, and which has emerged as an important argument for cementing the ties between the Western Christian and the Russian Orthodox.

Key-words: United States - Russia Alliance. American Foreign Policy. Civilization Paradigm.

Recebido: 19/01/2017

Aprovado: 27/04/2017

¹ edusilvestrealbuquerque@bol.com.br

² higorbrigola@gmail.com

Considerações iniciais

O candidato republicano Donald Trump surpreendeu o mundo ao incluir em seu programa de política externa uma parceria estratégica com a Rússia em torno do objetivo comum de combater o islamismo jihadista. Na ocasião, Trump criticara duramente a OTAN e seus aliados europeus, afirmando que a organização é "ultrapassada e obsoleta", e que membros "ingratos" tiram proveito da grandeza americana.

Já como presidente eleito anunciou oficialmente o magnata da indústria petrolífera Rex Tillerson como Secretário de Estado. Condecorado por Vladimir Putin quando ainda estava no comando da ExxonMobil, Tillerson se aproximou da Rússia com interesse em participar na exploração de petróleo na Sibéria, um negócio multibilionário congelado desde que os Estados Unidos aplicaram sanções contra a Rússia em razão da invasão da Ucrânia.

Não é novidadeiro na história americana a fusão de interesses privados e geoestratégicos, e esta é uma verdade que vale também para a Rússia. De acordo com o professor Wanderley Messias da Costa (2015), os objetivos geopolíticos russos estão focados no avanço sobre sua área de influência imediata, recolocando em sua órbita a Ucrânia, as repúblicas Bálticas (Lituânia, Letônia e Estônia), a Moldávia, parte do Cáucaso (Geórgia e Armênia) e do Ártico, sobretudo em razão do controle sobre jazidas de petróleo, gás e rotas de comércio, e na aproximação com o maior consumidor de petróleo na Eurásia que é a China. Portanto, a proposta de Trump de desenvolver boas relações com Putin pode ser compreendida como uma tentativa de estabelecer bons negócios para as empresas petrolíferas americanas e, simultaneamente, minar qualquer aliança sino-russa.

Com Trump, as disputas comerciais com a China tendem a aumentar, como demonstra sua ameaça ainda em campanha eleitoral de elevar as tarifas de importação em até 45% aos produtos chineses (USHER, 2016). Como se percebe, a China é cada vez mais vista em Washington como um desafiante muito mais preocupante que a Rússia, justificando os esforços de Trump em atrair a Rússia ou ao menos garantir sua neutralidade nas disputas com a China.

A abordagem deste artigo parte de uma perspectiva realista do sistema internacional, segundo a qual os Estados procuram maximizar sua segurança e poder. E, para estes autores, a retomada do protagonismo internacional dos Estados Unidos é o principal objetivo de Donald Trump,. Entretanto, o sistema internacional também se

baseia na discussão de valores e regras aceitas pelo maior número possível de atores. Nessa condição, o paradigma civilizacional de Samuel Huntington pode surgir como valor norteador da política externa americana, embasando um novo equilíbrio de poder global ancorado em alianças civilizacionais e fiador de quadros regionais de estabilidade.

Conhecido também como Paradigma do Choque de Civilizações, é uma teoria proposta pelo cientista político norte-americano Samuel P. Huntington (1993) baseada nas identidades culturais (sobretudo religiosas e étnicas) dos povos como principal fonte de alianças e conflitos no mundo pós-Guerra Fria. A teoria foi originalmente formulada num artigo publicado na prestigiosa *Foreign Affairs* com o título de "*The Clash of Civilizations?*", em 1993.

Assim, na primeira parte deste ensaio discute-se a pertinência de uma aliança intercivilizacional em torno da fé cristã compartilhada por ocidentais e russos, ainda que pareça efetivamente definida mais pela alteridade em relação às civilizações islâmica e sínica do que por qualquer outra coisa. Na segunda parte discute-se os desafios ao poder ocidental no caso de uma conexão sino-russa, uma vez que a proximidade geográfica representa uma condição natural favorável a uma hegemonia regional benevolente chinesa; e que somente reforça a estratégia de trazer a Rússia para o lado ocidental. Na terceira parte constata-se, portanto, que qualquer equação de poder que se pretenda duradoura deva levar em conta o fator russo na balança de poder europeia e mundial. Na quarta e última parte demonstramos as possibilidades de cooperação entre americanos e russos no campo econômico e na segurança regional; analisando possibilidades de convergência de interesses se ambos efetivamente adotarem os referenciais do paradigma civilizacional huntingtoniano.

1. Diálogos intercivilizacionais possíveis

Para quem analisa as relações internacionais ainda sob o prisma ideológico da Guerra Fria, a proposta do presidente Trump de aliança entre os Estados Unidos e os herdeiros do Império Soviético pode parecer um sacrilégio. Em realidade, não há aí novidade, pois o diplomata realista britânico Edward H. Carr (2001) no livro *Vinte anos de crise (1919-1939)* já cogitara, às vésperas da Segunda Guerra Mundial, a conveniência de uma aliança entre Grã-Bretanha e União Soviética para garantir a "paz perpétua" no continente europeu (ROSEVICS, 2015). Ao afirmar que o livre comércio não atendia aos interesses individuais nem ao conjunto das nações do planeta, Carr

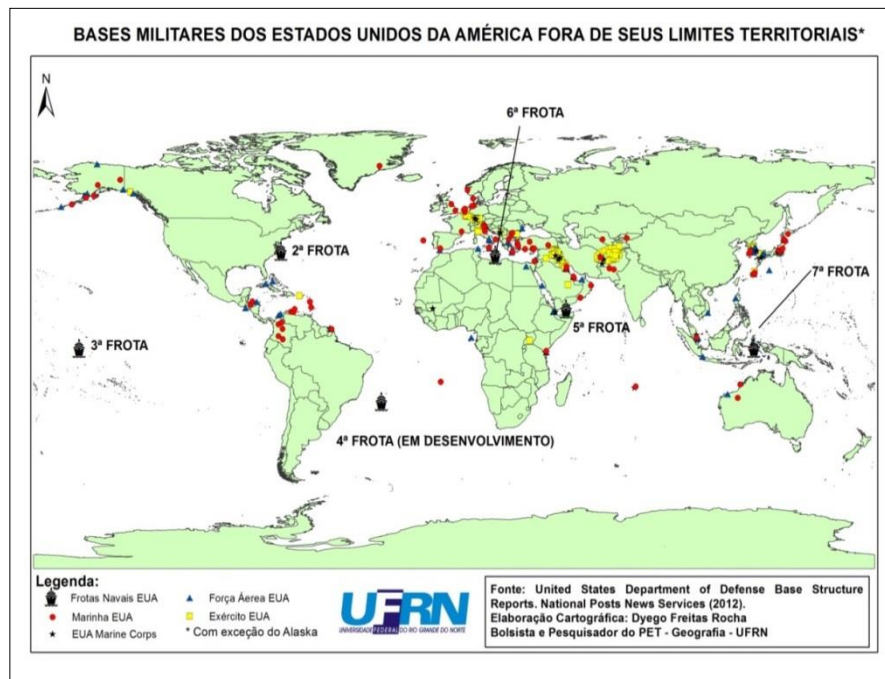
indicava uma posição política demasiado à esquerda que não pôde ser levada a sério, nem pelos políticos, nem pela sociedade civil inglesa.

O clima hostil aos russos teve seu auge com a implementação da *Doutrina da Contenção* elaborada pelo diplomata norte-americano George Frost Kennan (1947), que visava congelar as posições soviéticas estabelecidas durante a Segunda Guerra Mundial, especialmente na Europa Oriental, e que se consubstanciou na criação da OTAN.

Esse quadro de bipolarização se manteve inalterado por mais de quatro décadas. Mas nos anos 1990 ocorreram mudanças profundas no sistema internacional com o abandono do comunismo e a fragmentação do Império Soviético; e como pano de fundo, novos atores emergiram com potencial de desafiar a hegemonia econômica e militar ocidental. É nesse contexto que o paradigma do choque de civilizações vai ser retomado no Ocidente, com a rápida e arrasadora disseminação dos textos de Samuel Huntington, centrados numa visão culturalista das alianças e conflitos no sistema internacional contemporâneo, ainda que mantendo o objetivo geoestratégico ocidental de controle da Eurásia.

A Eurásia emerge como preocupação de primeira grandeza ao poder ocidental ainda no século XIX, quando os britânicos definiram a estratégia do *Grande Jogo*. No início do século seguinte, o diplomata britânico Halford Mackinder (1904) estabelece suas zonas geográficas estratégicas em torno da *Pivot Area* eurásiana (depois *Heartland*). Mas, foi somente a partir da Segunda Guerra Mundial, quando os Estados Unidos assumem a hegemonia mundial, que o Ocidente desenvolve uma estratégia de cercamento efetivo aos poderes regionais estabelecidos na Eurásia, justamente a partir da *Doutrina da Contenção* ao comunismo soviético que incorpora o conceito de *Rimland (Fringe Areas)* formulado por Nicolas Spykman. Na Figura 01, percebe-se que a maioria das bases militares estadunidenses na atualidade situa-se justamente nas faixas costeiras (*Fringe Areas*) da Eurásia.

FIGURA 1



Esses objetivos geoestratégicos ocidentais na Eurásia são reforçados mesmo com o término da Guerra Fria; e indicam claramente que o Ocidente não está disposto a reformular a balança de poder mundial mesmo diante da nova configuração dos fluxos comerciais e financeiros globais na direção da Bacia do Pacífico. Nesse ponto, o paradigma civilizacional de Samuel Huntington se propõe a justificar a reorientação da estratégia ocidental de contenção aos poderes emergentes eurasiáticos agora representados pela *conexão sino-islâmica* apoiada na equação petróleo-armamentos. Embora nada fale sobre uma aliança ortodoxa-ocidental, Huntington é absolutamente claro ao considerar os desafios lançados ao poder ocidental a partir de uma hegemonia regional benevolente da China.

O modelo de Huntington representa dois níveis escalares de tensionamento das relações internacionais: um micro, onde as tensões mais violentas ocorrem nas fronteiras do Islã com seus vizinhos, sejam eles cristãos ortodoxos, ocidentais, chineses, hindus ou africanos; e um macro, onde o quadro é mais complexo em virtude da acomodação de interesses diversos na fórmula “Ocidente contra o resto”. Os choques mais perigosos do futuro correspondem ao nível macro, e provavelmente surgirão da impossibilidade de acomodação entre a arrogância ocidental, a intolerância islâmica e a postura afirmativa asiática (HUNTINGTON, 1997).

O autor aponta que a China auxiliou os norte-coreanos a desenvolverem sua bomba atômica e mísseis balísticos, exportou para a Líbia e o Iraque materiais que

podem ser usados na produção de armas nucleares e químicas e, ainda, ajudou a Argélia a construir um reator para pesquisa e produção nuclear. O Paquistão, que é aliado natural chinês no cercamento da Índia, provavelmente obteve tecnologia nuclear da Coreia do Norte, que por sua vez repassou tecnologia de centrifugação de urânio aos iranianos. Também o teocrático Irã tem abertamente confrontado os Estados Unidos e investido em tecnologias nucleares duais, questão recentemente amenizada pelo acordo entre Irã e Estados Unidos de julho de 2015, mas que Donald Trump ameaça denunciar.

Segundo Huntington, essa conexão militar confuciana-islâmica deve ser detida pelo Ocidente por todos os meios necessários para manter sua hegemonia mundial, o que talvez possa ser obtido inicialmente por meio de pressão econômica e política para exigir o cumprimento dos acordos de não-proliferação de armas de destruição em massa.

A civilização ortodoxa não ganhou destaque na obra de Samuel Huntington provavelmente por conta do enfraquecimento russo ao fim da Guerra Fria e pelas incógnitas então envolvendo a política externa do Kremlin. Mas fica implícito em seus textos que as diferenças civilizacionais entre Nações-Estado ocidentais e ortodoxas não trazem incompatibilidades irreconciliáveis como aquelas existentes entre Nações-Estado cristãs e não-cristãs.

2. O significado geopolítico do reforço das conexões sino-russas

A geografia do *Heartland* aproxima russos e chineses no sentido do desenvolvimento de redes de infraestrutura comuns para a intensificação do comércio regional. Entretanto, durante a maior parte do período da Guerra Fria, nem mesmo a ideologia comunista comum a russos e chineses foi suficiente para romper a barreira de desconfianças mútuas, onde se misturaram perigosamente as históricas disputas por áreas de fronteira e a questão da industrialização autônoma pretendida por Pequim e negada por Moscou.

A revolução maoísta (1949) encontrara um país populoso e forças produtivas de baixo rendimento, resultando numa economia industrial atrasada e em constantes crises alimentares. O governo revolucionário viu na aproximação com a União Soviética uma chance de modernização econômica e expansão militar, com Mao Tsé-Tung e Joseph Stálin assinando o Pacto Militar Sino-Soviético de 1950 e diversos acordos de cooperação econômica e tecnológica, alavancados com empréstimos russos (CARVALHO & CATERMOL, 2009).

Mas ainda em 1953, o sucessor soviético Nikita Krushev sinalizava o distanciamento das ideias de Mao com a percepção manifesta de que a China poderia tirar espaço do protagonismo internacional soviético:

Mao e Krushev divergiam quanto à expansão do sistema comunista e à atuação externa dos países na disseminação dos ideais da revolução. Krushev se mostrava a favor da defesa da política de coexistência pacífica com o Ocidente, enquanto Mao observava as forças capitalistas com grande hostilidade. Outro fator que influenciou no desgaste entre os países foi a recusa de Krushev em disponibilizar para a China os conhecimentos tecnológicos soviéticos para a construção de armamentos nucleares, pois alegava que Mao assumiria uma postura extremamente belicosa que ia de encontro à política externa mais pacífica defendida por Krushev (CARVALHO & CATERMOL, 2009, p. 222).

Nesse contexto, o Pacto Militar sino-soviético passa a ser visto em Pequim como uma ação soviética de subjugação (BOLTON, 2011). No início da década de 1960, a União Soviética ordena a retirada de seus especialistas da China, abandona os projetos ainda inacabados e cobra os empréstimos realizados (PAUTASSO, 2006).

A escalada de conflitos culmina no rompimento formal entre as duas nações em 1963; e em diversos combates de pequena intensidade travados em zonas de fronteira litigiosas entre 02 de março e 11 de setembro de 1969, resultando em centenas de soldados mortos.

As relações diplomáticas entre Rússia e China são retomadas apenas ao fim da Guerra Fria, quando Boris Yeltsin demonstra a boa vontade russa ao não reconhecer Taiwan como uma província independente da China (ADAM, 2012).

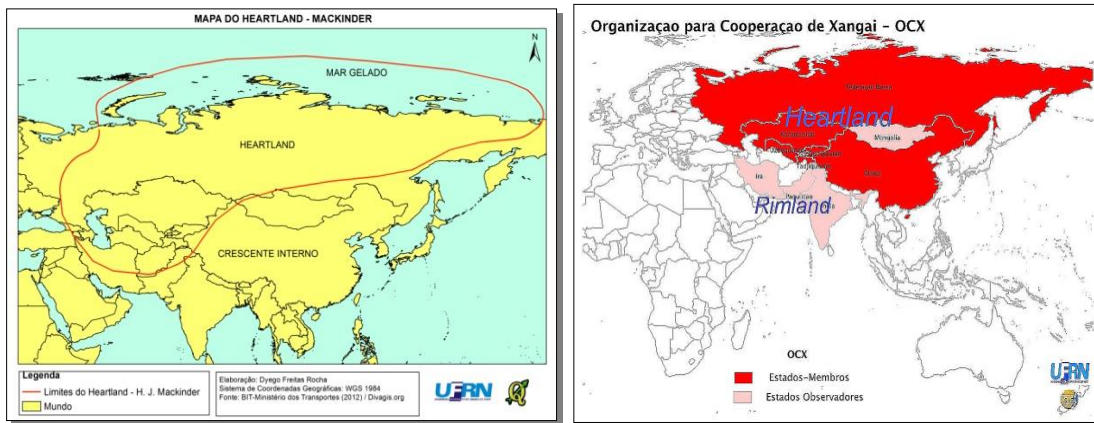
Em 2001, esse movimento de reaproximação tem continuidade com a formalização do Tratado de Boa Vizinhança, Amizade e Cooperação entre a República Popular da China e a Federação Russa (TBVAC) e a criação da Organização para Cooperação de Xangai (OCX). O TBVAC advém de uma série de acordos bilaterais com foco na “defesa de interesses comuns e o incentivo do aumento de fluxo comercial entre os países” (LIMA, 2008, p. 1). A OCX é um acordo de segurança regional multilateral que possui também como membros fundadores Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão e Uzbequistão, com foco no distensionamento das disputas fronteiriças, cooperação em defesa, troca de informações de alto nível em questões de segurança (contra-terrorismo e separatismo, caso dos movimentos separatistas da Chechênia, Daguestão e Inguchétia, no Cáucaso russo, e na província chinesa de Xinjiang) e manobras militares conjuntas. A posterior inclusão de Paquistão e Irã como *Estados*

Observadores da OCX, de certa forma, mantém viva a antiga aspiração geopolítica russa de abrir passagem às águas quentes do Índico.

É justamente para defender seus interesses na *Fringe Area* banhada pelo Índico, que Moscou tem votado no Conselho de Segurança da ONU (CSNU) contra as propostas ocidentais de sanções comerciais ao Irã; e também se oposto à intervenção militar ocidental na Síria (nesse caso a questão é o acesso ao Mediterrâneo). Até o momento, China e Rússia têm unido seus votos no CSNU em relação à Irã e Síria (FREIRE, 2013).

Essas conexões entre russos e chineses não foram antecipadas no texto seminal de Samuel Huntington, o que bem demonstra o grau de dificuldade na previsibilidade da evolução do sistema internacional. De fato, se evoluir para uma organização militar a OCX poderá concretizar os maiores temores preconizados pelo conceito mackinderiano de *Heartland*, unificando geopoliticamente o núcleo central do vasto conjunto eurasiático e se projetando pelas faixas costeiras ou *Rimland* do Índico. As Figuras 02 e 03 permitem uma comparação exatamente entre essa área do *Heartland* mackinderiano e os Estados abarcados pela OCX, alcançando uma justaposição impressionante.

Figuras 2 e 3



Essa reaproximação estratégica entre os dois gigantes eurasiáticos envolve também a exploração conjunta de hidrocarbonetos na Ásia Central (Mar Cáspio), onde ambos avançam em movimentos de pinça sobre os recursos da região. Nessa ampla faixa que se estende do Cáspio ao Paquistão, os interesses petrolíferos se confundem com os objetivos geopolíticos de russos e chineses, quais visam afastar as empresas ocidentais e

evitar o fechamento total de suas saídas oceânicas próximas por governos hostis. Para Nascimento (2011, p. 12),

Moscú, constatando a perda de sua influência que ocorria na Europa Centro-Oriental, tratou de consolidar seu poder declinante na Ásia Central. Admitindo o crescente poderio chinês, percebia a necessidade de reaproximação com Pequim desde o cisma soviético que se agravara na década de 1960, mas que seria considerado nulo após o fim da URSS. Para a mesma região da Ásia Central, Pequim viu a possibilidade de aumentar sua influência e, utilizando-se de sua crescente capacidade militar e econômica, ajustar a política regional a seu favor. Reconhecendo as fortes ligações da Rússia com os líderes centro-asiáticos, a China admitiu a necessidade de incluí-la nos arranjos políticos, militares e econômicos que planejava criar.

A maior parte da importação de petróleo chinês oriundo do Oriente Médio cruza o *choke point* do Estreito de Málaca, mas Pequim visa desenvolver um oleoduto a partir do porto de Gwadar (região paquistanesa do Baluquistão) que atravesse a Caxemira paquistanesa e chegue à Xinjiang. Como estratégia de contenção, os Estados Unidos têm inflamado o movimento separatista do *ETIM (East Turkistan Islamic Movement)*, que tem fortes ligações com a *Al Qaeda* (VÁZQUEZ, 2013).

Sobre a Ásia Central, o renomado geoestrategista norte-americano Brzezinski (1997, p. 148-149), em *The Grand Chessboard: American Primacy and Its Geostrategic Imperatives*, já descrevia que

[o] principal interesse dos Estados [Ocidentais] é garantir que nenhum poder único consiga controlar esse espaço geopolítico e que a comunidade global tenha acesso econômico e financeiro irrestrito a essa área. O pluralismo geopolítico tornar-se-á realidade duradoura somente quando uma rede de dutos e estradas de transporte ligar a região diretamente aos maiores centros da atividade econômica global através dos mares Mediterrâneo e Árabe ou por via terrestre. Assim, os esforços russos para monopolizar o acesso a essa área precisam ser combatidos por serem contrários à estabilidade regional.

Seu raciocínio pode ser aplicado ao conjunto da Eurásia, como demonstra uma série de artigos traduzidos para o português pela *Revista de Geopolítica*, nos quais Daniel Day Vázquez (2013) aborda as estratégias desenvolvidas pelos Estados Unidos visando a não consecução dos projetos de infraestrutura no continente asiático.

O Irã pode ser outra rota para os oleodutos chineses, situação particularmente incômoda para as potências ocidentais e também aos sauditas, pois fortalecerá a economia iraniana e, conseqüentemente, a ampliação dos meios financeiros disponíveis por Teerã para completar sua autonomia nuclear. Diante dessas ações chinesas, os

russos parecem satisfeitos ou recompensados com a continuidade das exportações de armas aos indianos (um rival chinês) e com sua crescente presença na Síria.

As relações sino-russas abarcam, ainda, a modernização das forças armadas chinesas, como pode ser depreendido da Tabela 1. Entretanto, os menores valores da compra de armamentos pelos chineses desde meados da década passada indicam um avanço da indústria bélica chinesa, questão preocupante tanto para Washington quanto para Moscou. O documento oficial de segurança nacional da China, publicado em 2004, registra a ambição do país em desenvolver seu setor militar diante da percepção de aumento da instabilidade e insegurança no cenário internacional, relatando que, “em consonância com a percepção dos EUA e Rússia, que o fator militar desempenha grande papel na conformação da segurança de hoje” (MACHADO, 2008, p. 82).

Tabela 1- Importações da China de armamentos russos (1992-2011)
(Em US\$ milhões a preços constantes de 1990)

Ano	Importação de armamentos russos	Importação total
1992	1.150	1.265
1993	1.027	1.195
1994	80	268
1995	498	676
1996	1.160	1.372
1997	652	835
1998	173	382
1999	1.514	1.833
2000	1.795	2.116
2001	3.006	3.364
2002	258	2.906
2003	2.031	2.295
2004	2.136	3.207
2005	3.233	3.602
2006	2.550	2.934
2007	1.444	1.758
2008	1.331	1.683
2009	788	1.054
2010	464	718
2011	834	1.112
Total	29.143	34.576

Fonte: Stockholm International Peace Research Institute (Sipri). Org.: Adam (2012).

Como petróleo e gás se tornaram gradualmente as mais importantes fontes de receita russas, a diversificação de mercados de destino é estratégia fundamental. Com o aumento das tensões entre OTAN e Rússia e os embargos comerciais ocidentais, o interesse petrolífero russo volta-se cada vez mais para ampliar o mercado chinês.

Diante de todas essas possibilidades de conexão econômica entre Pequim e Moscou, a questão que se coloca no horizonte é o que Trump estará disposto a ceder aos russos para contrabalançar as ofertas de parceria da China. Na campanha eleitoral, parecia que Trump estaria disposto a sacrificar os aliados europeus da OTAN para

tornar a Rússia uma aliada em seus objetivos internacionais. Mas, em seus pronunciamentos como presidente, tem adotado um tom cada vez mais reconciliador com os aliados europeus.

No presente, a ávida necessidade chinesa de hidrocarbonetos representa um mercado muito cobiçado pelos russos e traz a possibilidade de desenvolvimento de redes de infraestrutura regionais por meio das quais ambos podem ganhar no traçado ou nos contratos. Mas, no longo prazo, pesa em favor do presidente norte-americano a tendência cada vez mais evidente de que os chineses se tornem autônomos no campo militar em relação aos russos, e talvez até competidores por mercados compradores de armamentos.

O governo americano sabe que as relações sino-russas se estabelecem em torno de questões pragmáticas, e portanto, a consecução de um bloco militar eurasiático para contrapor à unipolaridade estadunidense parece algo incerto demais diante do histórico de disputas territoriais e por projeção de poder entre russos e chineses. Dessa forma, Trump pode ter perdido a pressa de campanha eleitoral para alcançar uma aliança com os russos, bem como confiar que a contenção aos objetivos chineses no Mar do Sul da China e na Península Coreana não terá mais que objeções verbais dos russos.

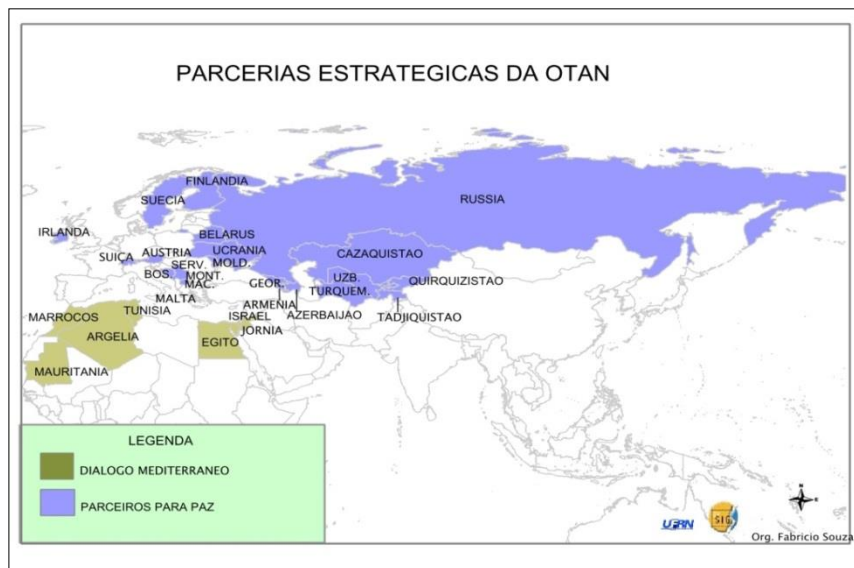
É preciso lembrar que a perspicácia em relação a essas fraturas sino-russas já foi explorada por Washington em tempos recentes. O rompimento entre os dois gigantes comunistas nos anos 1960 possibilitou a posterior aliança econômica entre Estados Unidos e China arquitetada por Nixon-Kissinger, responsável pela ascensão chinesa à condição de *global player*. A administração Nixon percebeu que o interesse nacional bem como as geoestratégias de poder mundial são tão importantes quanto as questões de orientação ideológica dos governos.

Evidente que as orientações ideológicas envergam diante do pragmatismo econômico até certo ponto. E aqui entra o mérito da argumentação de Samuel Huntington por uma nova abordagem do sistema internacional a partir de um corte civilizacional, identificando os elementos irreconciliáveis das *unidades civilizacionais* chinesa e islâmica com os valores e aspirações ocidentais. O realismo de Huntington está justamente em apontar que a preservação dos interesses nacionais e da hegemonia do poder mundial por parte dos Estados Unidos e do Ocidente passa pelo ajustamento da percepção dos reais inimigos e do campo de alianças contra estes.

3. O eterno retorno do fator russo

A nova agenda da OTAN, expressa no documento *The Alliance's New Strategic Concept*, de 1991, procura redirecionar os objetivos geoestratégicos da organização em decorrência do recuo russo no Leste Europeu, Cáucaso e Ásia. Ambiciosamente, no governo Clinton as nações integrantes da antiga União Soviética e a própria Rússia chegaram mesmo a serem incluídas na nova proposta de estrutura internacional da OTAN do programa *Parcerias para a Paz*, entre 1993 e 1994 (Figura 04).

FIGURA 4



Na mesma direção, o primeiro governo russo após a Guerra Fria, de Boris Yeltsin (1991-1999), buscou uma política externa desvinculada do histórico expansionista soviético, propondo um viés cooperativo com os países ocidentais para a “inserção da Rússia no mundo capitalista neoliberal” (SOUZA, 2012, p. 62). A Rússia assinou diversos acordos com os Estados Unidos e tratados internacionais que a enfraqueceram geopolítica e militarmente, caso do “Ato Fundador sobre as Relações, a Colaboração e a Segurança Mútua entre a Rússia e a OTAN”, em 1997, que pretendia inaugurar o fim das rivalidades entre OTAN e Rússia e contribuir para uma paz duradoura na Europa.

Essa orientação idealista da política exterior russa se baseava na crença de que “em troca de sua colaboração no estabelecimento acelerado de uma economia de mercado em seu país, uma vultosa ajuda externa americana e europeia [...] lhe permitiria atenuar os efeitos sociais e econômicos da transição” (MAZAT & SERRANO, 2012, p.12). Porém, a ajuda ocidental foi insuficiente para reverter o quadro de estagnação econômica e equacionar o problema da crescente dívida externa russa. A exigência ocidental de que o governo russo assumisse as dívidas das ex-repúblicas soviéticas, a

abertura econômica que provocou a desnacionalização de parte da economia russa e a enorme fuga de capitais repercutiram a crise global de 2008 de forma intensa no país.

Com a derrubada de Boris Yeltsin em 1999, ascende ao poder como presidente interino Vladimir Putin, até então apenas primeiro-ministro. Nas palavras do ultranacionalista russo Alexandr Dugin (2016, p.73), com Putin:

[...] o Heartland adquiriu uma nova oportunidade histórica, e o processo de estabelecer um mundo unipolar bateu num verdadeiro obstáculo. Tornou-se claro que apesar de todo o enfraquecimento e confusão, a Rússia-Eurásia não desapareceu finalmente do mapa geopolítico do mundo e representa como dantes, embora numa condição reduzida, *o núcleo de uma civilização alternativa*, a civilização da Terra.

O grupo de Putin deixa para trás as diretrizes da chamada Escola Internacionalista-Idealista (TEIXEIRA, 2008) e redireciona a política externa russa para o clássico realismo, numa linha que vem sendo definida como eurásiana:

Esse grupo era composto, em sua maioria, por antigos membros da burocracia soviética e por segmentos do Partido Comunista, tendo grande influência do pensamento soviético. Acreditavam no poder como instrumento de controle e equilíbrio, em detrimento da cooperação internacional. Por isso, acreditavam que a Rússia deveria continuar a desenvolver suas potencialidades militares para equilibrar a balança internacional de poder com os Estados Unidos (SOUZA, 2012, p. 63).

O retorno russo à linha realista foi facilitado diante do crescente unilateralismo dos Estados Unidos, que aproveitam o clima de solidariedade internacional desencadeado pelos ataques terroristas de 11 de Setembro de 2001 para implantar novas posições na Eurásia. A operação *Liberdade Duradoura* no governo George Bush foi o pretexto para instalar bases militares no Uzbequistão (1 mil soldados), Quirguistão (mais de 3 mil soldados) e Tadjiquistão, países da Ásia Central que também mantêm bases russas. O presidente Bush Jr. conseguiu negociar também com Cazaquistão e Turcomenistão a instalação de bases militares estadunidenses.:

Washington conseguiu que o Uzbequistão autorizasse a instalação de uma base aérea em Khanabad e outra – *Ganci Air Base* – no Aeroporto Internacional de Manas, perto de Bishkek, então para passagem de tropas americanas com destino ao Afeganistão, cuja missão era de combater o terrorismo, mas que visavam, na realidade, assegurar um clima que permitisse a construção de dutos pela *Union Oil Company of California* (UNOCAL) para o transporte do petróleo do Uzbequistão até o Oceano Índico sem atravessar o território da Rússia (MONIZ BANDEIRA, 2013 p. 91-2).

Outra estratégia norte-americana foi pela via do *soft power* onde se fizesse necessário e suficiente, como na série de “Revoluções Coloridas” que tumultuaram a Geórgia (Revolução Rosa, 2003), Ucrânia (Revolução Laranja, 2004) e Quirquístão (Revolução das Tulipas, 2005), visando a implantar governos alinhados com sua política de contenção à retomada do poder russo em sua antiga área de influência imediata:

A Geórgia, para onde os Estados Unidos já haviam enviado 200 assessores militares, revestia-se de uma vital importância geoeconômica e estratégica, sobretudo por causa do oleoduto Baku-Tibilis-Ceyhan (BTC), de 1.768 quilômetros, destinados a desviar da Rússia e do Irã o transporte do petróleo do campo Azeri-Chirag-Guneshli (ACG), no Mar Cáspio, e do gás condensado de Shah Deniz, situado 70 quilômetros a sudeste de Baku, através do Azerbaijão, para o Mar Mediterrâneo (MONIZ BANDEIRA, 2013, p. 93).

A reação imediata da Rússia vem com a intervenção militar no Cáucaso em 2008, quando, alegando a defesa de dois enclaves separatistas pró-russos em território georgiano (Ossétia do Sul e Abkházia), despachou tropas de ocupação para a região em disputa. A presença de forças russas na Geórgia, desde então, tem impedido a adesão deste país à OTAN em razão da cláusula da proibição da presença de tropas estrangeiras para novos membros.

Em relação à Ucrânia, a ideia original russa era criar uma aliança eurasiática, envolvendo ainda a Bielorrússia, por meio da barganha com o gás exportado à Kiev. Para coroar essa estratégia, a Ucrânia assinou em 2010 acordo para uso da base de Sevastopol, na Crimeia, pela frota russa do Mar Negro. Mas uma nova revolução envolvendo a população de origem ucraniana no início de 2014 alterou dramaticamente o cenário, sinalizando a adesão da Ucrânia à OTAN e levando Moscou a apoiar a anexação da Crimeia. Atualmente, o impasse da guerra civil envolvendo as minorias russas no leste ucraniano se prolonga, em benefício evidente da estratégia russa de barrar o avanço da OTAN.

Embora a Ucrânia tenha assinado desde 1997 um acordo de aliada extra-OTAN, e os Estados Unidos tenham deslocado no governo de Obama “tropas e aviação de caça para a fronteira ocidental da Ucrânia e reforçando seus dispositivos em países vizinhos, como a Turquia, Romênia, Polônia e Repúblicas Bálticas” (COSTA, 2015, p. 82), os Estados Unidos optaram pelo não envolvimento numa guerra direta com a Rússia. As medidas americanas de maior impacto foram o cancelamento das relações comerciais e da cooperação militar com os russos, e o afastamento da Rússia do G-8.

Do ponto de vista russo, a OTAN continua promovendo políticas de cercamento

e cada vez mais próximas das fronteiras russas, evidenciadas pelo prosseguimento dos planos de formação de um escudo antimísseis na Europa Oriental (com a instalação de bases avançadas de radares na República Tcheca e Polônia e de sistema antimísseis na Polônia) e pela previsão de inclusão da ex-república soviética da Geórgia no bloco militar (Figura 5).

FIGURA 5



Há também em Moscou a crença que o apoio ocidental aos rebeldes sírios, realizado através da Arábia Saudita, é uma tentativa estadunidense de avançar o bloqueio ocidental às pretensões russas de acessar o Mediterrâneo, considerando que os russos já mantêm uma pequena base naval para fins logísticos na Síria. A adesão da Turquia à OTAN no auge da Guerra Fria representara o primeiro passo de negação dos mares à frota russa, uma vez que o Estreito de Bósforo (controlado pelos turcos) liga o Mar Negro (Sevastopol) ao Mediterrâneo. Atualmente, esforços diplomáticos russos são desenvolvidos no sentido da desobstrução das relações com os turcos.

4. Caminhando para uma aproximação entre Estados Unidos e Rússia

Desde a década passada que a reorientação da OTAN para uma estratégia de contenção bifronte torna-se mais evidente, de modo a incluir também o cercamento da China:

Tal proposta, apresentada pela delegação estadunidense, representaria uma iniciativa de se aumentar os laços estratégicos e militares da organização, assim como seu papel em regiões localizadas fora de sua área de influência tradicional. A ideia de que sejam realizados, primeiramente, fóruns regulares da OTAN com Austrália, Nova Zelândia, Suécia e Finlândia, e mais tarde também com Japão e Coreia do Sul no intuito de criação de parcerias avançadas (CANÊDO, 2006, p.1).

O protetorado militar sobre Taiwan e a oposição ao projeto nuclear norte-coreano já fazem parte da estratégia americana de contenção da China desde a Guerra Fria, e por algum tempo se concebeu em Washington a possibilidade de apoiar mais intensamente a autonomia do Tibete e de Xinjiang também com este intento. Mais recente é o reforço da estratégia norte-americana de segurança regional a partir de visitas diplomáticas de alto nível ao Japão, Coreia do Sul, Taiwan e Filipinas, ainda que o modelo de parcerias militares bilaterais proposto na gestão de Obama se diferencie do modelo institucionalizado de segurança coletiva que envolve os europeus através da OTAN (GASPAR, 2008).

A ameaça chinesa e a situação de alguns países islâmicos agravam cada vez mais o problema da segurança global na ótica americana. Por essa razão, Donald Trump indicou na campanha preferência pela Rússia como aliada em objetivos comuns como o combate ao terrorismo:

Sempre senti que a Rússia e os Estados Unidos deveriam ser capazes de trabalhar bem uns com os outros para derrotar o terrorismo e restaurar a paz mundial, para não mencionar o comércio e todos os outros benefícios derivados do respeito mútuo (FOLHA DE S.PAULO, 2015).

Ocasão em que anunciou que afastar o presidente Assad na Síria, um aliado russo, também deixaria de ser prioridade da política externa americana, doravante direcionada ao combate de grupos jihadistas locais:

Seguindo a linha da política externa já adotada pelos Estados Unidos, Trump priorizará o combate ao Estado Islâmico em detrimento da pressão para tirar o presidente sírio Bashar al-Assad do poder. O republicano diz que não irá apoiar os rebeldes – como Obama chegou a fazer providenciando armas para eles – e sugere, inclusive, que derrubar Assad poderia gerar um problema ainda maior no país. (USHER, 2016, s/p.).

Como explicar então a ordem do presidente Trump de abril de 2017 de bombardear importante aeroporto sírio? O motivo alegado por Trump em nenhum momento foi a deposição de Assad, mas a retaliação contra suposto ataque aéreo com armas químicas contra os rebeldes que teria saído daquele aeródromo. Se foi uma ação humanitária para reverter sua baixa popularidade ou se representa a retomada da ideia de depor Assad ainda não se tinha clareza ao finalizarmos este ensaio.

Em relação à OTAN, o Trump candidato havia dado sinais aos europeus que precisariam ter uma postura mais ativa em relação a sua própria segurança, o que foi interpretado na ocasião como um eventual desinteresse americano em relação à

continuidade dos projetos de alargamento da organização militar em direção às fronteiras russas. Trump afirmara que os gastos despendidos pelos americanos para a defesa da Europa eram muito elevados, e que os europeus deveriam aumentar seus investimentos no setor de defesa para ao menos 2% do PIB para garantir sua própria segurança, já que muitos países estavam aquém desta meta. Em 2015, dentre os europeus apenas Grécia, Polônia, Estônia e Reino Unido conseguiram alcançar esse patamar (SPUTNIK BRASIL, 2016). Em situação de prolongada estagnação econômica, essa declaração preocupou os europeus: “Trump além de qualificar a aliança atlântica de entidade obsoleta e superada, afirmou que os Países Bálticos não serão protegidos em caso de ação militar da Rússia” (NETTO, 2016).

Entretanto, o Trump presidente já sinalizou noutra direção ao apontar que a OTAN é estratégica para combater ao terrorismo. A inflexibilidade russa em relação a sua política para o Leste da Ucrânia talvez tenha pesado nessa mudança de opinião do presidente americano. Por sua vez, a questão em aberto para os russos é se os Estados Unidos farão avançar o projeto de instalação avançada do sistema antimísseis na Europa Oriental.

Parece que em favor da aproximação russo-americana está mesmo apenas o fato de que a China e não a Rússia tenha sido o principal alvo da campanha de Trump; cuja visão prevê ameaças muito maiores na postura expansionista chinesa no Pacífico:

Embora seja improvável que a China impeça a liberdade de navegação para o comércio internacional em tempos de paz, seus desafios à liberdade militar de navegação e sobrevoo e suas tentativas de exercer jurisdição sobre demandantes rivais em áreas disputadas continuarão e provavelmente aumentarão à medida que crescerem suas capacidades (SEARIGHT, 2016, s/p. tradução dos autores).

Desde 2013, o governo chinês iniciou a construção de ilhas artificiais no Mar do Sul da China para embasar suas reivindicações territorialistas, atitude entendida por seus vizinhos e por Washington como hostil:

E o que acontece no Mar Meridional da China é uma amostra das intenções de Pequim: dominar o mar e o ar com a "primeira cadeia de ilhas". A longo prazo, a China quer ir além das Filipinas e do sul do Japão para a "segunda cadeia de ilhas": Palau, Guam e Marianas. Isso seria uma mudança radical no equilíbrio de poder no Pacífico Ocidental (BBC BRASIL, 2014).

Trump recém-eleito, em conversa por telefone com o presidente de Taiwan Tsai Ing-Wen, algo que não acontecia entre líderes dos dois países desde 1979, afirmou que os Estados Unidos continuariam a assegurar o protetorado militar apesar do reiterado

descontentamento da China: “não há dúvida de que várias pessoas envolvidas na campanha de Trump têm favorecido a abertura de canais mais formais entre os Estados Unidos e Taiwan como forma de pressionar a China” (LANDLER & PERLEZ, 2016, tradução nossa). E ainda além, “um assessor de Trump disse que o presidente eleito irá reafirmar seu compromisso com a aliança EUA-Japão e a região” (SIEG & BRUNNSTROM, 2016). As manobras navais nipo-americanas de abril de 2017 próximas da península coreana foram outro claro recado à Coreia do Norte (SPUTNIK BRASIL, 2017).

Considerações finais

No mundo bipolar, as divergências ideológicas entre norte-americanos e russos bloqueavam frequentemente qualquer possibilidade de um equilíbrio geopolítico que não fosse baseado no potencial emprego de força militar. Mas num cenário em que o combate ao islamismo jihadista for alçado à condição de principal objetivo ocidental e russo, e em que se alcançar o entendimento entre ambos em questões geopolíticas no Leste Europeu, no Cáucaso e na Ásia Central, o clima de incompreensão mútua poderá ser finalmente superado. Nessas condições, o paradigma civilizacional poderá estabelecer, afinal, as pontes entre ocidentais e russos, assegurando combater o islamismo jihadista com maior eficiência.

No pior cenário possível para uma aproximação entre os dois principais adversários da Guerra Fria, está a aspiração de unilateralismo dos Estados Unidos na estabilização do sistema internacional e a retomada do expansionismo russo por suas áreas de influência imediata formadas nos períodos czarista e soviético.

Samuel Huntington não esperava um rápido retorno geopolítico russo, e, muito menos, que voltasse a desafiar o Ocidente na Ucrânia, Geórgia e Síria. Se estes fatos, assim como a criação da OCX, tivessem ocorrido quando escrevia seu livro, fica a questão se sua proposta de contenção civilizacional se estenderia à conexão sino-russa.

Outra questão importante se refere às resistências no próprio *establishment* americano a uma aproximação com os russos, sobretudo se a tese de que as reformas política (*glasnost*) e econômica (*perestroika*) de Mikhail Gorbachev efetivamente foram apenas engodos dos dirigentes comunistas, oriundos da antiga KGB, para ludibriar o Ocidente. O então líder soviético Khrushchov teria convencido o líder chinês Mao Zedong da necessidade de uma estratégia conjunta para derrotar o Ocidente, forjando um "rompimento" entre os dois gigantes eurásianos para atrair capitais e

tecnologias ocidentais e ganhar tempo para a "montagem de um poderio militar do bloco como um todo sem que o Ocidente percebesse" (DE PAOLA, 2016, p. 139).

Essa tese está embasada nas declarações de dissidentes russos como Anatoly Golitsyn e de opositoristas como Vladimir Konstantinovich Bukovsky para afirmar o desenvolvimento da "estratégia leninista das falsas reformas e progresso em direção à democracia dos países comunistas" (DE PAOLA, 2016, p. 46). Já o General da ex-KGB Alieksandr Sakharovsky prefere falar em continuidade do serviço de segurança do Estado Russo que, sob diferentes denominações, teria permanecido vivo nos últimos 500 anos da história do país (*apud* DE PAOLA, 2016, p. 57).

Alheio às teorias conspiratórias, Trump parece decidido a não abandonar seus objetivos de conter a China, o terrorismo e as nações que desafiem a ordem internacional, como Irã, Síria e Coreia do Norte. Trump pode ser acusado de precipitado e até de belicoso, mas jamais de não ser um líder pragmático, apesar da caricatura elaborada pela mídia simpática aos democratas. A possibilidade de ganhos econômicos às empresas americanas na exploração de hidrocarbonetos na Sibéria e a estabilização das rotas petrolíferas do Cáucaso-Cáspio são troféus importantes, mas não a ponto de fazerem Trump abandonar seu realismo político.

Mas nesse tabuleiro de xadrez russos e americanos não são os únicos a movimentarem suas peças. A China fortaleceu nas últimas décadas sua capacidade econômica e militar, e ainda desenvolveu novas parcerias e projetos com países como o Irã e o Paquistão.

É importante observar que o paradigma civilizacional de Samuel Huntington reproduz a teoria mackinderiana do *Heartland* ao situar as principais ameaças ao poder ocidental a partir da projeção de algum poder terrestre sediado no coração da "ilha mundial" eurasiática. Se os Estados Unidos agora caminham para identificar na China seu principal desafiante, a Rússia não tem razão alguma para assumir as dores dos chineses. Seria, por assim dizer, a oportunidade histórica de os russos darem o troco pela debandada da China quando da ajuda econômica norte-americana no governo Nixon.

Apesar da conjuntura favorável entre Rússia e China motivada pelas compras chinesas de armas e petróleo, talvez num futuro breve os russos também passem a ver os chineses como a principal ameaça ao sistema internacional. As zonas superpovoadas chinesas na fronteira russa sempre foram uma ameaça geopolítica ao poder de Moscou no Extremo Oriente russo, *pari passu* com a ampliação da capacidade militar chinesa.

Parag Khanna (2008, p.117) em sua obra “O Segundo Mundo: impérios e influência na Nova Ordem Global”, de 2008, foi muito claro a esse respeito ao escrever que “se o ocidente não conseguir atrair a Rússia, a China sairá vencedora do Grande Jogo”. Com a palavra, Donald Trump.

Referências

ADAM, G. P. (2012). A Rússia como grande potência e a parceria estratégica com a China. In ALVES, A. G. M. P. (org.) **O Renascimento de uma potência?** A Rússia no século XXI. Brasília: IPEA.

NETTO, A. (2016). Futuro da OTAN no governo Trump preocupa Europa. **Estadão Internacional**. 13/11/2016. Publicado em: estadao.com.br [<http://internacional.estadao.com.br/blogs/eua-2016/futuro-da-otan-no-governo-trump-preocupa-europa/>]. Disponibilidade: 28/12/2016.

BBC BRASIL (2014). China ocupa mar disputado 'plantando' ilhas em corais. **BBC Brasil**. 13/09/2014. Publicado em: [bbc.com](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/09/140912_china_planta_ilhas_rm) [http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/09/140912_china_planta_ilhas_rm]. Disponibilidade: 31/12/2016.

BOLTON, K. R. (2011). Rússia e China: um conflito iminente? **Legio Victrix**. Publicado em: legio-victrix.blogspot.com.br [<http://legio-victrix.blogspot.com.br/2011/11/russia-e-china-um-conflito-iminente.html>]. Disponibilidade: 11/11/2016.

BRZEZINSKI, Z. (1997). **The Grand Chessboard: American primacy and its geostrategic imperatives**. Nova Iorque: Basic Books.

CANÊDO, S. H. G. (2006). OTAN: evolução histórica. **Conjuntura Internacional**, 3 (12).

CARR, E. H. (2001) **Vinte anos de crise: 1919-1939**. Brasília: EdUNB, IPRI & Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

CARVALHO, C.; CARTEMOL, F. (2009). As relações econômicas entre China e EUA: resgate histórico e implicações. **Revista do BNDES**, 16 (31): 215-52.

CEPIK, M.; MARTINS, J. (2004). **Política Internacional**. Belo Horizonte: Newton Paiva.

COSTA, W. M. (2015). O reerguimento da Rússia, os EUA/OTAN e a crise da Ucrânia: a Geopolítica da nova Ordem Mundial. **Confins**, 25. Publicado em: confins.revues.org [<https://confins.revues.org/10551?lang=pt>]. Disponibilidade: 20/12/2016.

DE PAOLA, H. (2016). **O Eixo do Mal Latino-Americano e a Nova Ordem Mundial**. São Paulo: Observatório Latino.

DIAMOND, J. (2015). Donald Trump lavishes praise on 'leader' Putin. **CNN Politics**. 18/12/2015. Publicado em: cnn.com [<http://edition.cnn.com/2015/12/18/politics/donald-trump-praises-defends-vladimir-putin/>]. Disponibilidade: 28/12/2016.

DIAMOND, J. e BOTHELHO, G. (2015). Putin praises 'bright and talented' Trump. **CNN Politics**. 18/12/2015. Publicado em: cnn.com

[<http://edition.cnn.com/2015/12/17/politics/russia-putin-trump/index.html>].

Disponibilidade: 28/12/2016.

DUGIN, A. (2016). **Geopolítica da Rússia Contemporânea**. Lisboa: IAEGCA.

FOLHA DE S.PAULO (2015). **Trump agradece elogios de Putin e defende aliança entre EUA e Rússia**, 18/12/2015, publicado em: [folha.uol.com.br \[http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2015/12/1720694-trump-agradece-elogios-de-putin-e-defende-alianca-entre-eua-e-russia.shtml\]](http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2015/12/1720694-trump-agradece-elogios-de-putin-e-defende-alianca-entre-eua-e-russia.shtml). Disponibilidade: 10/02/2017.

FREIRE, M. R. (2008). Contenção, Projecção e Envolvimento: a Política Externa Russa para o Grande Médio Oriente. **Nação e Defesa**, 3ª série (121): 135-55.

_____. (2013). Confluência na Ásia? As relações Rússia-China. **Relações Internacionais**, 38: 95-106.

G1 (2017). Na ONU, **Trump diz que vai destruir Coreia do Norte se 'não tiver escolha'**. 19/09/2017, publicado em [<https://g1.globo.com/mundo/noticia/donald-trump-faz-seu-primeiro-discurso-na-assembleia-geral-da-onu.ghtml>]. Disponibilidade: 20/09/2017.

GASPAR, C. (2008). Os Estados Unidos e a transformação na Ásia. **Relações Internacionais**, 19: 119-134.

HUNTINGTON, S. P. (1993). The Clash of Civilizations?. **Foreign Affairs**, 72 (3), Summer Issue.

_____. (1997). **The clash of civilizations and the remaking of world order**. New York: Touchstone.

KHANNA, P. (2008). **O Segundo Mundo: impérios e influência na Nova Ordem Global**. Rio de Janeiro: Intrínseca.

LIMA, L. C. (2008). China e Rússia condenam sistema de antimísseis dos Estados Unidos. **Conjuntura Internacional**, PUC Minas. Publicado em: [pucminas.br \[http://www4.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20080610140555.pdf\]](http://www4.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20080610140555.pdf). Disponibilidade: 14/12/2016.

MACHADO, R. L. (2008). **As estratégias de segurança nacional dos Estados Unidos da América, Rússia e China: uma comparação dos documentos publicados no alvorecer do século XXI**. Dissertação de Mestrado em História Comparada apresentada à Universidade Federal do Rio de Janeiro (orientador: Prof. Dr. Francisco Carlos Teixeira da Silva).

MACKINDER, J. H. (1904). The Geographical Pivot of History, **Geographical Journal**, Royal Geographical Society London, 23 (4): 421-37.

MAZAT, N.; SERRANO, F. (2012). A geopolítica das relações entre a Federação Russa e os EUA: da “cooperação” ao conflito. **OIKOS**, 11 (1).

MONIZ BANDEIRA, L. A. (2013). **A Segunda Guerra Fria: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos – Das rebeliões na Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

NASCIMENTO, F. A. L. (2011). **Fronteiras do Heartland clássico e percepções de segurança: governança interestatal cooperativa na Ásia Central**. III Simpósio de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Programa “San Tiago Dantas” (UNESP, UNICAMP e PUC/SP). 8 a 10/11/2011. São Paulo.

NATO (1991). **The Alliance's New Strategic Concept**. Publicado em: nato.int [http://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_23847.htm]. Disponibilidade: 20/11/2016.

NOZAKI, W. V.; LEÃO, R. P. F.; MARTINS, A. R. A. (2011). A ascensão chinesa e a nova geopolítica e geoeconomia das relações sino-russas. *In* LEÃO, R. P. F.; PINTO, E. C.; ACIOLY, L. (Orgs.) **A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos**. Brasília: IPEA.

LANDLER, M.; PERLEZ, J. (2016). Trump's Call with Taiwan: A Diplomatic Gaffe or a New Start? **New York Times**. 5/12/2016. Publicado em: nytimes.com [http://www.nytimes.com/2016/12/05/world/asia/china-donald-trump-taiwan-twitter.html?_r=0]. Disponibilidade: 30/12/2016.

PAUTASSO, D. (2006). **A China na transição do sistema mundial: suas relações com os EUA e Índia**. Dissertação de Mestrado em Ciência Política apresentada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Orientador: Prof. Dr. Marco Aurelio Chaves Cepik).

ROSEVICS, L. (2015). O legado de Edward Hallet Carr para as Relações Internacionais. **Diálogos internacionais**. 23/01/2015. Publicado em: dialogosinternacionais.com.br [http://www.dialogosinternacionais.com.br/2015/01/o-legado-de-edward-hallet-carr-para-as.html]. Disponibilidade: 16/01/2017.

SEARIGHT, A. (2016). How should we view Chinas's? A conversation with Christopher K. Johnson, Victor Cha, and Amy Searight. **CSIS**. 15/12/2016. Publicado em: csis.org [https://www.csis.org/analysis/how-should-we-view-chinas-rise]. Disponibilidade: 23/12/2016.

SIEG, L.; BRUNNSTROM, D. (2016). Trump busca tranquilizar aliados asiáticos em encontro com premiê japonês. **Reuters Brasil**. 16/11/2016. Publicado em: reuters.com [http://br.reuters.com/article/worldNews/idBRKBN13B12H]. Disponibilidade: 24/12/2016.

SOUZA, D. R. (2012). A Nova Geopolítica Russa e o Eurasianismo. **Revista de Geopolítica**, 3 (2): 61-70.

SPYKMAN, N. J. (1942). **America's strategy in world politics: the United States and the balance of power**. New York: Harcourt, Brace and Company.

SPUTNIK BRASIL (2016). Exigências de Trump em relação à OTAN são muito difíceis para os países da UE. 11/11/2016. Publicado em: sputniknews.com [https://br.sputniknews.com/americas/201611116792581-trump-aumenta-contribuicoes-daue-a-otan/]. Disponibilidade: 28/12/2016.

_____. (2017). Japão e EUA começam manobras navais perto da península da Coreia. 23/04/17. Publicado em: sputniknews.com [https://br.sputniknews.com/asia_oceania/201704238223570-japao-eua-manobras-coreia/]. Disponibilidade: 25/04/2017.

TEIXEIRA, J. A. A. J. (2008). O Pensamento Geopolítico da Rússia no Início do Século XXI e a Geopolítica Clássica. **Revista da Escola de Guerra Naval**, 13, Rio de Janeiro, Marinha do Brasil.

USHER, B. P. (2016). Com Trump, o que pode mudar na relação com Rússia, China, Irã, Síria e Coreia do Norte? **BBC Brasil**. 9/11/2016. Publicado em: bbc.com

[<http://www.bbc.com/portuguese/internacional-37917603>].
28/12/2016.

Disponibilidade:

VÁZQUEZ, D. D. (2013). Geopolítica Geral e do Islã. **Revista de Geopolítica**, 4 (1):
182- 216.